



Demonstrações Financeiras Intermediárias

XS4 Capitalização S.A.

30 de junho de 2025

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2025

Índice

Relatório de Administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	06
Balanços patrimoniais	13
Demonstrações dos resultados e outros resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.s.as. as demonstrações financeiras intermediárias da XS4 Capitalização S.A. (“XS4 Capitalização” ou “Companhia”), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025 elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, e do resumo do relatório do Comitê de Auditoria.

1. Inovação em serviços

Com o propósito de adequar nossos serviços às melhores práticas de sustentabilidade, incluindo a busca pela transformação digital, disponibilizamos Chat Bot. para clientes, colaboradores CAIXA e parceiros no WhatsApp para obtenção de informações e realização de transações através do autosserviço. É possível acessar por meio do autosserviço: situação do título, informações referentes a sorteios, como resultados e números da sorte, saldo de reserva e informações de resgate, além de alterar cadastro, data de vencimento, dados bancários, reativação, solicitar documentos como Informe de Rendimentos, extrato, certificado e 2^a via de proposta. Essas melhorias trazem mais agilidade e segurança nos processos e, além de estarem alinhadas à estratégia, contribuem para a elevação nos índices de qualidade dos serviços e de satisfação dos clientes.

2. Desempenho das operações de capitalização no primeiro semestre de 2025

- A receita com títulos de capitalização da Companhia foi de R\$ 859.777 (R\$ 721.465 em 30 de junho de 2024), representando um aumento de 19 % na referida rubrica.
- O valor total dos pagamentos de sorteios foi de R\$ 12.469 (R\$ 9.164 em 30 de junho de 2024), significando um crescimento de 36%.
- O custo de aquisição registrado foi de R\$ 63.772 (R\$ 54.005 em 30 de junho de 2024), o que equivale a 7% da arrecadação da Companhia (7% no mesmo semestre do ano anterior).
- Ao final do primeiro semestre de 2025, a Companhia registrou um ativo total de R\$ 3.261.996 (R\$ 2.699.143 em 31 de dezembro de 2024), o que configurou um aumento de 21%.
- O patrimônio líquido da Companhia, em 30 de junho de 2025, é de R\$ 364.497 (R\$ 274.454 em 31 de dezembro de 2024), apresentando um aumento de 33%. Sendo que no primeiro semestre foi pago dividendos adicionais propostos de R\$ 51.228 referente ao lucro líquido de 2024.
- Ao final do primeiro semestre de 2025, a Companhia registrou 2,8 milhões de clientes e uma carteira de 4,2 milhões de títulos ativos.
- Foram realizados, ainda, trabalhos em conjunto com as áreas jurídica, conformidade e marketing visando promover a constante melhoria na qualidade do atendimento aos clientes com foco nos processos, destacando-se: melhoria da experiência do cliente; e pesquisa de satisfação das jornadas de aquisição e resgate dos títulos de capitalização.

3. Despesas Administrativas

As despesas administrativas incorridas no primeiro semestre de 2025 totalizaram R\$ 24.613 (R\$ 19.882 no mesmo semestre do ano anterior), representando um aumento de 24%, quando comparado ao mesmo semestre de 2024. A proporção das despesas administrativas incorridas no primeiro semestre de 2025, em relação à arrecadação, foi de 3% (3% no mesmo semestre do ano anterior). A manutenção desse índice é resultante da busca constante pela eficiência das operações, alinhada ao crescimento da Companhia.

4. Resultado financeiro e solvência

As receitas financeiras líquidas das despesas financeiras, no primeiro semestre de 2025, foram de R\$ 77.948, marcando um aumento de 59% em relação ao mesmo período do exercício anterior, quando alcançou R\$ 48.975. Este crescimento foi impulsionado principalmente pelo incremento do montante financeiro médio investido nos Fundos de Investimento, que passou de R\$ 1.966.289 no primeiro semestre de 2024 para R\$ 2.790.220 em 2025, e pelo aumento da rentabilidade absoluta da carteira, impulsionado principalmente pela elevação do CDI, que passou de 5,22% no primeiro semestre do ano anterior para 6,41% no mesmo período em 2025.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e de riscos, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações posteriores. Da mesma forma, a Companhia mantém sólida posição financeira com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 184.838, em 30 de junho de 2025 (R\$ 116.121, em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, a Companhia apresenta uma elevada suficiência de capital de 295% em 30 de junho de 2025 (196% em 31 de dezembro de 2024).

5. Recursos Humanos

Durante o primeiro semestre de 2025, a Companhia retornou à sociedade R\$ 14.421 (R\$ 12.214 no mesmo período do ano anterior) em verbas salariais pagas aos colaboradores.

No primeiro semestre de 2025 a área de Recursos Humanos, dentre as principais ações realizadas visando o bem-estar dos colaboradores, implementou:

- Iniciamos o projeto de Assessment com as Lideranças;
- Incorporamos o módulo de metas no sistema de avaliação de competências, realizando além da avaliação de desempenho, as metas individuais e de cada área;
- Colaboramos com a elaboração a Política de Diversidade e Inclusão junto com a área de Estratégia, Planejamento e Sustentabilidade;
- Realizamos a Campanha de Vacinação contra a Gripe;
- Implementação de concierge para atendimento diferenciado no plano de saúde e odontológico dos colaboradores;
- Parceria com a Caixa Seguridade no Fórum de Mulheres, com palestras mensais com temas relevantes a todos os colaboradores, mas com foco na colaboradora mulher;
- Foram criadas 14 vagas, sendo 11 vagas (efetivas), 1 (temporária) + 2 (aprendizes); e
- Certificação do GPTW pelo 5º ano consecutivo.

6. Sustentabilidade e Incentivos Fiscais

Em conformidade com a Circular SUSEP nº 666, de 27 de junho de 2022, encontram-se publicados no site da Companhia <https://www.caixacapitalizacao.com.br/sustentabilidade>, a Política de Sustentabilidade, o Estudo de Materialidade dos Riscos de Sustentabilidade e o Relatório de Sustentabilidade da Companhia dos anos de 2023 e 2024, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em 2025, reforçando o nosso compromisso com a sustentabilidade e diversidade, compensamos 121 toneladas de gases de efeito estufa, mantendo o nosso selo de Carbono Neutro, e realizamos diversas ações, incluindo: workshop de educação financeira na Semana ENEF, censo de diversidade para colaboradores e conselheiros e palestras de Consumo Consciente e Orgulho e Respeito.

Intensificamos nossa estratégia de sustentabilidade apoiando projetos de arte, cultura, educação e esporte, com grupos menorizados em todo o Brasil, além da manutenção da comercialização do nosso produto de filantropia premiável, XCAP do Bem, que reverte metade do valor do produto para a FENAPAE Brasil (Federação Nacional das APAEs).

Ao final do 1º semestre de 2025 foram devolvidos à sociedade, através de projetos incentivados, o montante de R\$ 1.888 (R\$ 1.506, no mesmo semestre do ano anterior).

7. Compliance

A Companhia possui uma estrutura própria dedicada ao monitoramento e à verificação do cumprimento das normas internas e da legislação vigente, assegurando a conformidade regulatória e a integridade de suas operações. Neste contexto, a Coordenação de Compliance desempenha um papel crucial na disseminação de informações e no acompanhamento das ações das áreas de negócios, com o objetivo de garantir o alinhamento às exigências legais e regulatórias. A aplicação das diretrizes estabelecidas no Código de Ética e Conduta da Companhia é de responsabilidade da Comissão de Ética, que, com o apoio da Coordenação de Compliance, realiza um acompanhamento contínuo e implementa ações periódicas para promover a conscientização e o engajamento dos colaboradores e parceiros de negócios em relação aos princípios éticos e às boas práticas corporativas. Além do mais, a Companhia mantém canal de denúncias terceirizado, alinhado às melhores práticas de mercado, acessível ao público interno e externo, permitindo a comunicação de suspeitas de práticas ilícitas ou irregulares, garantindo o sigilo das informações e a proteção da identidade do denunciante.

8. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

A Companhia está comprometida com a prevenção e combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo. Para atingir esse objetivo, possui processos, sistemas e controles robustos, em conformidade com sua Política específica e Avaliação Interna de Riscos, contando com uma equipe qualificada para monitorar operações e relacionamentos. São realizados treinamentos periódicos para disseminar as diretrizes e responsabilidades de cada área, incentivando a adoção de medidas eficazes para prevenir e combater crimes relacionados à lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos e valores, bem como ao financiamento do terrorismo. Essas ações visam fortalecer a conscientização e garantir a conformidade com as normas vigentes.

9. Privacidade de dados

Com o avanço e a rápida expansão das soluções digitais, a Companhia implementou um conjunto de normas, processos e controles para assegurar a gestão adequada e a proteção da privacidade dos dados, em total conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A Companhia está continuamente aprimorando sua governança por meio de medidas preventivas e corretivas, com foco na disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade das informações de clientes, colaboradores e parceiros de negócios.

Sob a orientação do Encarregado de Proteção de Dados (*Data Protection Officer - DPO*), a Companhia assegura a conformidade com as legislações aplicáveis e promove a melhoria contínua da qualidade, transparéncia e proteção dos dados, bem como o atendimento às solicitações dos titulares de dados pessoais. São realizadas capacitações e ações de conscientização, além de adoção de boas práticas de segurança para proteção, identificação, detecção e resposta a ameaças.

10. Gestão de Riscos

A Companhia, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Diretoria de Riscos e Controles Internos, com posta por uma Coordenação de Compliance e uma Coordenação de Riscos e Controles Internos, que atua conforme normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as linhas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos como primeira linha. A Companhia possui o Comitê de Riscos e Compliance, que possibilita que todos os riscos, de todas as categorias de riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam contemplados.

Nesse contexto, as definições da Declaração de Apetite a Riscos, o aculturamento de gestão de riscos, a difusão das políticas, normas e processos, a gestão da continuidade de negócios (GCN) bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos formam as diversas linhas de atuação da Gestão de Riscos da Companhia.

A Companhia observa as definições e requisitos apresentados nas Resoluções CNSP 416/2021 e 467/2024, e suas alterações posteriores, que tratam dos níveis de supervisão e controle, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

11. Controles Internos

A Coordenação de Riscos e Controles Internos tem como objetivo apoiar todas as áreas de primeira linha na construção e manutenção de um ambiente de controles mais robusto e em conformidade com as regulamentações, promovendo constantes melhorias neste ambiente de forma a oferecer segurança razoável para que os objetivos estratégicos sejam alcançados, assim como no nível de confiança nas demonstrações financeiras apresentadas.

Suas atividades estão aderentes às normas locais e seguem as diretrizes da política de Gestão de Riscos e os principais frameworks internacionais de controles, tal como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). A Companhia observa as definições e requisitos apresentados, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

12. Governança

A Companhia vem buscando a constante melhoria dos processos operacionais e elevação de seus resultados, com concomitante observância do desenvolvimento de controles internos, gestão de risco e implementação das melhores práticas de governança corporativa.

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa, composta pela gerência de governança e societário e operacionalmente composta por:

- Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal;
- Diretoria Executiva;
- Comitê Consultivo Financeiro;
- Comitê de Risco e Compliance;
- Comitê de Nomeação e Remuneração;
- Comitê de Produtos e Negócios;
- Comitê de Auditoria; e
- Comitê de Transações com Partes Relacionadas.

Esta estrutura permite aos acionistas monitorarem a Administração da Companhia de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, promoverem a adoção de boas práticas que visem atender a conformidade legal, regulatória e estatutária e impulsionarem o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

13. Auditores independentes

A BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionado aos exames de suas demonstrações financeiras, pelo valor anual de R\$ 374. No exercício de 2024 o valor foi de R\$ 383, prestado pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

14. Agradecimentos

A Administração da XS4 Capitalização S.A aproveita a oportunidade para agradecer aos seus colaboradores e parceiros de negócio pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio regulatório.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2025.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
XS4 Capitalização S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da XS4 Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de capitalização

Conforme mencionado nas notas explicativas n^os .10 e 18, em 30 de junho de 2025, a Companhia registrou provisões técnicas relacionadas a contratos de capitalização.

A provisão técnica de capitalização é mensurada com base em metodologia que considera a aplicação de percentual de quotas definidas nas regras gerais dos produtos comercializados, incluindo a incidência de juros e atualização monetária.

Devido a relevância dos números decorrentes dessas provisões nas demonstrações financeiras, incluímos esse assunto como principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) Teste com base em amostragem, da existência e precisão dos valores arrecadados por meio de confronto com os respectivos comprovantes de liquidação financeira;
- (ii) Com auxílio técnico de especialista atuário, avaliamos a metodologia e a razoabilidade das premissas utilizadas na mensuração das provisões técnicas;
- (iii) Efetuamos recálculo da referida provisão técnica de capitalização, conforme regras gerais dos produtos;
- (iv) Em nossos processos de auditoria, também avaliamos as divulgações necessárias sobre as provisões técnicas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que a metodologia e as premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas são apropriadas e suficientes no contexto das demonstrações financeiras.

Ativo intangível - Balcão Caixa

Conforme apresentado na nota explicativa de n^o11, a Companhia possui um ativo intangível relacionado ao direito de exclusividade para comercialização de produtos de capitalização na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal, o qual é amortizado pelo método linear durante o prazo do contrato assinado. Dado a relevância do valor envolvido e o impacto desse ativo nos negócios, consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) Leitura e entendimento dos termos e condições do contrato firmado entre as partes que originaram o direito de exclusividade;
- (ii) Verificação do método de amortização linear contabilizado;
- (iii) Verificação do contrato que estabelece a vida útil do ativo intangível;
- (iv) Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Auditória dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, cujos relatórios foram emitidos em 29 de agosto de 2024, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra maneira, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião;
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras;
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria;
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade, para execução da auditoria, significa o valor fixado pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas, em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo;
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente, se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de agosto de 2025.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Notas explicativa	30/06/2025	31/12/2024
ATIVO			
CIRCULANTE		2.028.799	1.600.176
Disponível		69	485
Caixa e bancos		17	469
Equivalente de caixa	7	52	16
Aplicações	7	2.005.046	1.591.323
Créditos das operações		22.858	7.886
Créditos das operações de capitalização	8	20.864	4.687
Outros créditos operacionais		1.994	3.199
Títulos e créditos a receber		826	482
Créditos tributários e previdenciários	9.1	275	233
Outros créditos		551	249
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.233.197	1.098.967
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.085.177	948.116
Aplicações	7	1.058.415	914.296
Títulos e créditos a receber		26.289	32.918
Créditos tributários e previdenciários	9.2	26.289	32.918
Outros valores e bens	10	473	902
Imobilizado		725	582
Intangível	11	147.295	150.269
TOTAL DO ATIVO		3.261.996	2.699.143

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Notas Explicativa	30/06/2025	31/12/2024
PASSIVO			
CIRCULANTE		2.896.792	2.424.196
Contas a Pagar		33.032	45.389
Obrigações a pagar	12	12.729	19.404
Impostos e encargos sociais a recolher	13	1.647	1.728
Encargos trabalhistas	14	1.886	1.299
Impostos e contribuições	15	16.770	22.958
Débitos de operações com capitalização	16	2	1.972
Depósitos de terceiros	17	12	1
Provisões técnicas - capitalização	18	2.863.264	2.375.925
Provisão para resgates		2.816.674	2.333.688
Provisão para sorteio		46.590	42.237
Outros débitos		482	909
Passivo de arrendamento	10	482	909
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		707	493
Outros Débitos		707	493
Provisões judiciais	20	707	493
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	364.497	274.454
Capital Social		74.670	74.670
Reserva de capital		180.000	180.000
Dividendos adicionais		-	51.228
Reservas de lucros		14.934	14.934
Ajustes de avaliação patrimonial		(37.453)	(46.378)
Lucro líquido do semestre		132.346	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.261.996	2.699.143

Demonstrações dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>Notas explicativa</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Receitas com títulos de capitalização		859.777	721.465
Contribuição com títulos de capitalização		859.777	721.465
Contribuição - quotas de capitalização e sorteio	24 a)	568.666	482.272
Contribuição - quotas de carregamento	24 a)	291.111	239.193
Variação da provisão para resgate	24 b)	(559.565)	(471.018)
Variação da provisão com sorteios	24 c)	(9.894)	(9.965)
Custo de aquisição	24 d)	(63.772)	(54.005)
Outras receitas e despesas operacionais	24 e)	(43.226)	(39.882)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(24.613)	(19.882)
Pessoal próprio		(14.421)	(12.214)
Serviços de terceiros		(1.221)	(786)
Localização e funcionamento		(6.653)	(6.433)
Publicidade e propaganda		(2.028)	(194)
Publicações		(67)	(58)
Donativos e contribuições		(184)	(167)
Despesas administrativas diversas		(39)	(30)
Despesas com tributos	24 f)	(15.605)	(12.962)
Resultado financeiro	24 g)	77.948	48.975
RESULTADO OPERACIONAL		221.050	162.726
Ganhos e perdas com ativos não correntes		(7)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		221.043	162.726
Imposto de renda	25	(53.818)	(39.173)
Contribuição social	25	(33.179)	(23.531)
Participações sobre o lucro		(1.700)	(1.604)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		132.346	98.418
Quantidade de Ações		13.334	13.334
Lucro líquido no semestre por lote de mil ações - R\$		9,93	7,38

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	132.346	98.418
 Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros resultados Abrangentes (VJORA)		
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	8.925	(20.510)
Tributos sobre ajuste a valor de mercado	14.875	(34.183)
 TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	141.271	77.908

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

RESERVAS DE LUCROS

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Dividendo Adicional Proposto	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	74.670	180.000	13.772	39.914	4.046	-	312.402
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(20.510)	-	(20.510)
Dividendos pagos	-	-	-	(39.914)	-	-	(39.914)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	98.418	98.418
Saldos em 30 de junho de 2024	74.670	180.000	13.772	-	(16.464)	98.418	350.396
Saldos em 31 de dezembro de 2024	74.670	180.000	14.934	51.228	(46.378)	-	274.454
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	8.925	-	8.925
Dividendos pagos	-	-	-	(51.228)	-	-	(51.228)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	132.346	132.346
Saldos em 30 de junho de 2025	74.670	180.000	14.934	-	(37.453)	132.346	364.497

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	<u>132.346</u>	<u>98.418</u>
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	5.046	6.120
Variação das provisões técnicas	651.931	615.452
Despesas de juros	18	37
Variação de impostos sobre o lucro	86.318	64.390
Lucro líquido ajustado	<u>875.659</u>	<u>784.417</u>
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(548.917)	(475.441)
Créditos das operações de capitalização	(14.972)	1.430
Créditos tributários e previdenciários	(42)	-
Ativo fiscal diferido	6.629	(13.192)
Outros valores e bens	429	-
Outros ativos	(2.247)	(1.091)
Outras contas a pagar	(1.809)	(4.896)
Débitos de operações com capitalização	(1.970)	(1.298)
Depósitos de terceiros	11	(16)
Provisões técnicas - capitalização	(164.592)	(176.092)
Outros débitos – provisões judiciais	214	59
Outros passivos	-	167
Caixa gerado pelas operações	<u>148.393</u>	<u>114.047</u>
Juros pagos	(18)	(11)
Imposto sobre o lucro pagos	(92.790)	(60.246)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>55.585</u>	<u>53.790</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Compra Imobilizado e Intangível	(270)	(86)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	<u>(270)</u>	<u>(86)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de passivo por arrendamento	(427)	(388)
Pagamento de Dividendos	(55.304)	(82.453)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	<u>(55.731)</u>	<u>(82.841)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(416)</u>	<u>(29.137)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	485	36.912
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	<u>69</u>	<u>7.775</u>

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A XS4 Capitalização S.A. (denominada “XS4 Capitalização” ou “Companhia”), constituída em 19 de agosto de 2020, é uma sociedade por ações, inscrita sob o CNPJ nº 38.155.804/0001-32, tem sua sede localizada na Avenida Oscar Niemeyer, nº 2000 - Ed Aqwa Corporate, 17º andar, SL 1701 – Rio de Janeiro – Brasil, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas unidades da federação, desde de sua constituição, sendo, à época, uma subsidiária integral da Caixa Holding Securitária S.A. (“Caixa Holding Securitária”), tendo por objeto social a distribuição, a divulgação, a oferta, a venda e o pós-venda de produtos de capitalização de qualquer modalidade, desenvolvidos ou que possam vir a ser desenvolvidos pela Companhia, nos termos da legislação aplicável.

A Companhia tem sua estrutura acionária composta da seguinte forma: A Caixa Holding Securitária S.A. mantém 75% de participação no capital total da Companhia, sendo titular de 49,99% de suas ações ordinárias e 100% das ações preferenciais. A Icatu Seguridade S.A., por sua vez, detém 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da Companhia.

No contexto da reestruturação da operação de seguros do Grupo Caixa Seguridade (“Grupo”), a Companhia foi constituída conforme o acordo de associação firmado entre Icatu Seguridade S.A. (“Icatu Seguros”) e Caixa Seguridade Participações S.A. (“CAIXA Seguridade”), empresa líder do Grupo, para a formação de uma nova sociedade que tem direito a explorar, pelo prazo de 20 anos, o ramo de Capitalização na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal (denominado “Balcão CAIXA”).

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R21) – Demonstrações intermediárias e CPC 26 (R21) – Apresentação das Demonstrações contábeis.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 28 de agosto de 2025.

2.1. Base de mensuração

Os valores contidos nas Demonstrações são expressos em reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram mensurados pelo custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial:

- Caixa e equivalente de caixa.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda.

3. Resumo das práticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações estão demonstradas a seguir. Essas práticas foram consistentemente aplicadas para todos os períodos comparativos apresentados.

3.1. Apuração do resultado

Com a edição da Circular SUSEP nº 678/22, com vigência a partir de 2024, o resultado da Companhia passou a ser apurado pelo regime contábil de competência.

Uma parte da receita é reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscrito (quotas de capitalização e sorteio) e a receita de carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento).

Desse modo, os fatos geradores da receita para as operações de capitalização passam a ser:

- I - O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
- II - O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como “Custo de aquisição”, são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito de diferimento quando aplicável.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base; e
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e, consequentemente em trânsito.

São considerados equivalentes de caixa as operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, e os títulos públicos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, com vencimento em até três meses a contar da data da aquisição e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, detidos diretamente através de cotas de fundos de investimentos exclusivos, podendo ser também detidos de forma direta pela Companhia em títulos públicos e por fundos de investimentos não exclusivos e não vinculados à cobertura de provisões técnicas e mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 – Instrumentos Financeiros – que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixas contratuais (SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, a Companhia classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

3.4.1. Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Um instrumento financeiro é classificado pelo Valor Justo por meio do Resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justo de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período.

3.4.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Um instrumento financeiro é classificado como Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes se as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.4.3. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos das Operações de Capitalização” e “Títulos e créditos a receber”, que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

3.5. Arrendamento mercantil

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um rating sintético, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA;
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*; e
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.6. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente, pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida de 5 anos à taxa de 20% a.a. para os gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares de uso interno e o contrato de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como "mudanças de estimativas contábeis". A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas Administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o seu valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica "Resultado Patrimonial", no momento da baixa do ativo.

Os ativos intangíveis da Companhia referem-se basicamente ao direito de acesso exclusivo a todos os clientes em potencial por meio de rede de distribuição (Balcão Caixa), conforme detalhado na nota explicativa nº 11.

3.7 Impairment de ativos financeiros

3.7.1 Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos por *impairment* são decorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode estar estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O registro contábil do Imposto de Renda sobre as Pessoas Jurídicas – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, correntes e diferidos, no ativo e passivo, é feito com base em cálculos considerando as alíquotas de tributos vigentes na data-base das Demonstrações, sendo o IRPJ 25% e a CSLL 15%, considerando as adições e exclusões previstas na legislação em vigor e compensações de créditos tributários são aplicadas, quando cabíveis. A expectativa da Administração sobre a realização das diferenças temporárias existentes, com base em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de cinco anos, permite os reconhecimentos dessas diferenças temporárias no ativo diferido.

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo tribunal, cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passamos a adotar a atualização prevista na Lei nº 14.905/2024.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais” no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, tribunal e região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa.

3.10. Provisões técnicas

Provisão matemática para capitalização

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

Provisão para resgates

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

Provisão para sorteios a realizar

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

Provisão de sorteios a pagar

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

Provisão de receitas diferidas

A provisão foi definida a partir das alterações previstas na Resolução CNSP nº 448/2022 e Circular SUSEP nº 678/2022, em vigor a partir de 2 de janeiro de 2024, e representa os valores esperados para atendimento da contraprestação a ser oferecida pelas sociedades de capitalização aos titulares dos direitos de resgate e sorteios, sendo constituída para o diferimento da receita das quotas de carregamento dos títulos de capitalização. A metodologia de cálculo, de acordo com os normativos vigentes, não indica a necessidade de constituição da provisão.

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.11. Estimativas

A preparação das Demonstrações de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As notas explicativas de Aplicações Financeiras incluem:

- (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações; e
- (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em um ajuste dentro do próximo período contábil.

3.12. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

3.13. Benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora do Plano de Previdência Complementar dos colaboradores. O colaborador poderá contribuir de 3% a 12% do seu salário base mensal e a empresa aporta o mesmo percentual. As contribuições do patrocinador, são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o acordo tem como referência a Convenção Coletiva de Trabalho. A participação está condicionada a existência de Lucro no exercício, juntamente com o alcance das metas corporativas, das metas estabelecidas para cada área e da avaliação individual qualitativa.

Os demais benefícios são: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e auxílio funeral, vale-transporte, vale-refeição e alimentação, auxílio creche, auxílio academia, universidade corporativa, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

4. Normas

4.1. Adoção inicial de novas normas

4.1.1. Substituição da provisão das despesas administrativas pela provisão de receita diferida

Por meio da Resolução CNSP nº 448 e da Circular SUSEP nº 678, a Provisão de Despesas Administrativas (PDA) foi substituída pela Provisão de Receita Diferida (PRD), a qual passará a representar as contraprestações a serem oferecidas pelas sociedades de capitalização, sendo constituída para os casos de diferimento das receitas de quotas de carregamento dos títulos de capitalização, conforme metodologia descrita no estudo técnico. O saldo constante na Despesa Administrativa (PDA), na data-base 31 de dezembro de 2023, foi revertido em contrapartida a conta de lucros ou prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido.

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.2. Segregação das quotas de capitalização e quota de sorteio da quota de carregamento

Com a edição da Circular SUSEP nº 678/22, com vigência a partir de 2024, passou a segregar a receita das quotas de capitalização e de sorteio da quota de carregamento. Desse modo, os fatos geradores da receita para as operações de capitalização passam a ser:

I - O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e

II - O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

4.2. Nova norma ainda não adotada

4.2.1. Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece as bases para a reforma tributária, unificando, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas cobranças: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal).

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, transformando-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a maior parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que aborda o Comitê Gestor do IBS e a repartição da arrecadação desse tributo, já foi aprovado na câmara dos deputados e aguarda aprovação no Senado.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto para monitorar a evolução da reforma e seus impactos operacionais, preparando-se para implementar as mudanças conforme as regulamentações forem publicadas pela Receita Federal.

4.2.2. Medida Provisória 1.303 de 11 de junho de 2025

A Medida Provisória nº 1.303 de 11 de junho de 2025, alterar o artigo terceiro da Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988, majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de 15% para 20%, produzindo seus efeitos a partir do quarto mês subsequente a sua publicação.

5. Gestão de risco

A Companhia, durante o seu período de constituição, compartilhou da Estrutura de Gestão de Riscos ("EGR") da Caixa Seguridade Participações S.A., e a partir do fechamento do acordo com a Icatu Seguridade S.A., a Companhia passou a ter uma Estrutura de Gestão de Riscos própria, a qual foi estabelecida de forma integrada a um Sistema de Controles Internos mediante a nova estruturação da área, com o desenvolvimento de normativos internos, aquisição de ferramentas e desenvolvimento de processos.

5.1. Sistema de controles internos e gestão de riscos

A EGR da Companhia foi estabelecida conforme a Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021 e suas alterações posteriores, e tem como principal finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. As incertezas que possam afetar os objetivos estabelecidos pela Companhia são mapeadas e compõem os inventários de riscos, mantendo-se o monitoramento dos principais riscos na matriz de riscos. Os riscos estão subdivididos nas categorias de riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico, conformidade, reputacional e de subscrição, também em conformidade com o que define a Resolução CNSP nº 416 e suas alterações posteriores.

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As respostas aos riscos são realizadas e monitoradas pelas três linhas da Companhia. A primeira linha é composta pelas áreas de negócio que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos. A segunda linha é formada pelas áreas que centralizam atividades de gestão de riscos, compliance e controles internos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle, além de servirem como agentes facilitadores da comunicação entre as unidades de negócios da Companhia. A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com seu potencial de impacto e da probabilidade de ocorrência.

Ainda no sentido de estar alinhada aos requisitos da Resolução CNSP 416 e suas alterações posteriores, em 2022 a Companhia contratou um Diretor de Riscos e Controles Internos e um Coordenador de Riscos e Conformidade, e criou as Unidades de Gestão de Riscos e de Conformidade, a partir das quais vem estruturando e melhorando seus processos e seus controles internos.

Em 2024 foi criada uma Coordenação de Compliance visando dar mais autonomia e independência entre as duas unidades que compõem a Diretoria de Riscos e Controles Internos. Além disso, foram promovidas ações de capacitação com o objetivo de conscientizar os colaboradores sobre a cultura de gestão de riscos e conformidade, abordando temas como a importância da Gestão da Continuidade do Negócio, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, a Lei Geral de Proteção de Dados e a Ética no ambiente corporativo.

6. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

6.1. Principais riscos associados

6.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, ou seja, o risco de que o emissor do título não honre o principal e/ou o pagamento de juros.

A estratégia atual da Companhia é considerar investimentos a operações de baixo risco. Atualmente, o investimento em ativos de emissores privados é vedado na Política de Investimentos.

Nos fundos exclusivos, o volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais totalizou R\$ 860 em 30 de junho de 2025 (R\$ 353 em 31 de dezembro de 2024).

Além disso, a composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia contempla os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa: R\$ 52 em 30 de junho de 2025 (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2024).

Já no fundo não exclusivo, o volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais totalizou R\$ 43.372 em 30 de junho de 2025 (R\$ 83.284 em 31 de dezembro de 2024).

Tanto as operações compromissadas quanto os equivalentes de caixa geraram uma exigência de capital de risco de crédito na ordem de R\$ 708 (R\$ 694 gerado pelo não exclusivo e R\$ 14 pelo exclusivo) desconsiderando a diversificação dos riscos. No fechamento de 2024, a exigência de capital de risco de crédito foi de R\$ 1.338 (R\$ 1.333 gerado pelo não exclusivo e R\$ 5 pelo exclusivo).

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.1.2. Risco de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Companhia.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração o *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 mês com nível de confiança de 95%, e usando a metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade com Lambda de 0,94.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;
- O fator de decaimento *Lambda* da metodologia EWMA.

Fatores de Risco	30/06/2025			31/12/2024		
	EWMA	VAR	Exposição	EWMA	VAR	Exposição
SELIC/CDI	0,94	12	2.005.270	0,94	249	1.591.532
IPCA	0,94	13.595	1.058.415	0,94	19.197	914.296

6.1.3. Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de a Companhia não responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A Administração possui visibilidade mensal da carteira da Companhia e discute regularmente, em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A necessidade de liquidez de longo prazo será monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente pela Diretoria Financeira Administrativa.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30/06/2025

Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	17	-	-	17
Equivalente de caixa	52	-	-	52
Aplicações financeiras (*)	157.215	518.375	2.388.044	3.063.634
Crédito das operações	20.864	-	-	20.864
Títulos e créditos a receber	826	-	-	826
Realizável a longo prazo	473	-	-	473
Total de ativos	179.447	518.375	2.388.044	3.085.866
Contas a pagar	33.032	-	-	33.032
Provisões Técnicas	607.026	571.779	1.684.459	2.863.264
Débito das operações	2	-	-	2
Outros Débitos	482	-	707	1.189
Depósitos de terceiros	12			12
Total de passivos	640.554	571.779	1.685.166	2.897.499

31/12/2024

Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	469	-	-	469
Equivalente de caixa	16	-	-	16
Aplicações financeiras (*)	139.694	225.889	2.140.229	2.505.812
Crédito das operações	7.886	-	-	7.886
Títulos e créditos a receber	482	-	-	482
Realizável a longo prazo	902	-	-	902
Total de ativos	149.449	225.889	2.140.229	2.515.567
Contas a pagar	45.389	-	-	45.389
Provisões Técnicas	448.182	483.462	1.444.281	2.375.925
Débito das operações	1.972	-	-	1.972
Outros Débitos	909	-	493	1.402
Depósitos de terceiros	1	-	-	1
Total de passivos	496.453	483.462	1.444.774	2.424.689

(*) O saldo não contempla o caixa, valores a receber e valores a pagar dos Fundos (exclusivo e não exclusivo). Estes valores representam o montante de R\$ (172) em 30 de junho de 2025 (R\$ (193) em 31 dezembro de 2024).

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações financeiras. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

6.1.4. Risco operacional

O Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Risco Operacional pode se materializar ainda em função de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal ou cibernético, e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de gestão de riscos corporativos com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

Em 2024 foi implementada uma ferramenta para fazer a gestão dos riscos e controles internos e planos de ação da Companhia. Esta ferramenta possibilita que a área faça uma gestão de maneira automatizada e integrada com a Auditora Interna, respeitando-se sua independência. Além disso, também possibilita a gestão das obrigações regulatórias, controlando prazos e enviando alertas antes do vencimento por meio de fluxo eletrônico de mensagens.

Em cumprimento ao disposto na Circular SUSEP nº 666, Art.3, foi elaborado um estudo de materialidade a fim de identificar, avaliar e classificar os riscos de sustentabilidade os quais a Companhia se encontra exposta, onde foram levadas em consideração características de suas atividades, operações, produtos, serviços, clientes, fornecedores e prestadores de serviços. O estudo concluiu que estes riscos são imateriais. Não obstante, a Companhia monitora estes riscos a fim de identificar possíveis tendências de impactos futuros.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela Coordenação de Riscos e Controles Internos, que reporta os resultados ao Diretor de Riscos e Controles Internos.

A gestão de riscos operacionais também atua no desenvolvimento e implementação de um banco de dados com os registros das perdas operacionais que se materializaram. Este banco de dados permitirá uma análise de causas-raiz dos eventos que as originaram e a criação de planos de ação para desenvolvimento de novos controles ou melhoria daqueles existentes.

A ferramenta de GRC contratada para automatizar a gestão de riscos da Companhia possui um módulo de gestão de perdas. Através deste módulo será possível realizar o registro e mapeamento das possíveis fontes de perda operacional da Companhia. A necessidade da contratação de uma ferramenta para a gestão de perdas foi definida por meio de estudo interno, visando a conformidade com a legislação vigente.

6.1.5. Risco de subscrição

É a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de títulos de capitalização e provisões técnicas.

Para o risco de subscrição são considerados:

- a) limite máximo de um percentual definido internamente do último patrimônio líquido auditado do exercício anterior para o valor máximo do somatório de todos os sorteios previstos por série e por mês; e
- b) o tamanho de série utilizado em cada novo produto será sempre compatível com a expectativa do volume de vendas daquele produto.

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para todos os seus produtos, a Companhia utiliza um sistema de tecnologia da informação que otimiza a distribuição de números da sorte, visando a menor dispersão possível do risco de sorteio. Este cálculo é acompanhado, mensalmente, pelo Diretor Técnico e de Produtos.

Para a taxa de juros garantida, devem ser considerados os seguintes fatores:

- a) os valores compatíveis com as projeções do cenário econômico publicado pelo Relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN); Atualmente a taxa de juros utilizada é 0,5% ao mês para todos os produtos da Companhia; e
- b) caso o cenário econômico venha se alterar significativamente, a Companhia revisará os seus produtos podendo readequar a taxa de juros garantida. O monitoramento do cenário econômico é feito através da projeção de indicadores de riscos financeiros em cenários de estresse.

6.1.6. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos são revisados e discutidos periodicamente, pelo menos 1 vez ao ano, em reuniões realizadas com os diretores executivos, para que eles possam avaliar individualmente a pertinência e as exposições de probabilidade e impacto e, posteriormente, de forma consensual entre toda a Diretoria Executiva.

A revisão dos riscos estratégicos faz parte do ciclo de revisão do inventário de riscos da Companhia e busca identificar ameaças ao atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia por meio do seu planejamento estratégico, bem como os riscos emergentes e os eventuais cenários de crise ao qual a Companhia possa estar exposta.

7. Aplicações financeiras

7.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento

Em 30 de junho de 2025, a Companhia, por meio dos fundos de investimentos em que aplica, alocou 100% de seus recursos em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano).

O valor total das Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) no fundo exclusivo em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 1.824.189 (R\$ 1.411.099 em 31 de dezembro de 2024).

No fundo exclusivo, o volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais totalizou R\$ 860 no fechamento de junho de 2025, enquanto esse montante era de R\$ 353 em dezembro de 2024.

Além disso, após estudos e análises sobre o *Asset-Liability Management* (ALM) da Companhia, foram adquiridas Notas do Tesouro Nacional atreladas à inflação (NTN-Bs) durante o primeiro semestre de 2025, com o objetivo de reduzir a *duration gap* (diferença entre a *duration* do Ativo total e a *duration* ponderada do Passivo pelo Ativo). O total referente às NTN-Bs foi de R\$ 1.058.415 em 30 de junho de 2025, enquanto esse montante era de R\$ 914.296 em dezembro de 2024. Esses ativos atrelados ao IPCA foram marcados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A custódia dos títulos públicos federais que compõem a carteira dos fundos exclusivos e não exclusivos estão na SELIC e são acompanhados periodicamente. Os referidos fundos pagaram a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL o montante de R\$ 1.019 no 1º semestre de 2025 (R\$ 893 no 1º semestre 2024), referente a taxa de administração. A Companhia estruturou a sua carteira de investimentos através dos fundos de investimentos exclusivos e um fundo não exclusivo. A seguir segue a demonstração da abertura das carteiras desses fundos, considerando os valores dos ativos investidos, assim como outros valores pertencentes às carteiras:

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Quotas de Fundos de Investimento – Exclusivos	2.883.274	2.325.566
Títulos Públicos	2.882.604	2.325.395
Operações Compromissadas (*)	860	353
Disponibilidades	11	11
Valores a Pagar	(230)	(194)
Valores a Receber	29	1
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivo	180.239	180.069
Total das Aplicações Financeiras - Fundos Consolidados	3.063.513	2.505.635

(*) Destaca-se que parte do saldo das operações compromissadas, as quais compõem as carteiras dos fundos investimentos exclusivos, é apresentada nestas Demonstrações financeiras como Equivalente de Caixa, uma vez que atendem cumulativamente aos critérios estabelecidos no item 6, do CPC 03 (R2). Os valores são da ordem de R\$ 52 em 30 de junho de 2025 (R\$ 16, em 31 de dezembro de 2024).

Segue demonstração da abertura da carteira:

<u>30/06/2025</u>				
Valor Justo por meio de Resultado (VJR)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor de mercado	
Operações Compromissadas – Equivalente de caixa	Selic	52		52
Total		52		52
Valor Justo por meio de Resultado (VJR)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor de mercado	
Quotas de Fundos de Investimento				
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	1.824.189	1.824.189	
Operações Compromissadas	Selic	808	808	
Custos dos Fundos Exclusivos	-	(190)	(190)	
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	-	180.239	180.239	
Total		2.005.046	2.005.046	
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor curva	Valor VJORA
Quotas de Fundos de Investimento				
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA + 5,87%	1.058.415	1.120.837	(62.422)
Total		1.058.415	1.120.837	(62.422)

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2024

Valor Justo por meio de Resultado (VJR)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor de mercado	
Operações Compromissadas – Equivalente de caixa	Selic	16	16	
Total		16	16	
Valor Justo por meio de Resultado (VJR)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor de mercado	
Quotas de Fundos de Investimento				
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	1.411.099	1.411.099	
Operações Compromissadas	Selic	337	337	
Custos dos Fundos Exclusivos	-	(182)	(182)	
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	-	180.069	180.069	
Total		1.591.323	1.591.323	
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor curva	Valor VJORA
Quotas de Fundos de Investimento				
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA + 5,87%	914.296	991.593	(77.297)
Total		914.296	991.593	(77.297)

7.2. Movimentação dos Instrumentos Financeiros por categorias

	Valor justo por meio do resultado	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	1.232.695	490.277	1.722.972
(+) Aplicações	962.772	542.151	1.504.923
(-) Resgates (*)	(746.136)	(116.450)	(862.586)
(+) Rendimentos	142.008	82.358	224.366
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(84.040)	(84.040)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	1.591.339	914.296	2.505.635
(+) Aplicações	483.346	96.746	580.092
(-) Resgates (*)	(182.762)	(28.639)	(211.401)
(+) Rendimentos	113.175	61.137	174.312
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	14.875	14.875
Saldo final em 30 de junho de 2025	2.005.098	1.058.415	3.063.513

(*) Pagamento de cupom

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2025			31/12/2024		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	1.825.049	180.239	2.005.288	1.411.452	180.069	1.591.521
Letras Financeiras do Tesouro (*)	1.824.189	-	1.824.189	1.411.099	-	1.411.099
Operações Compromissadas	860	-	860	353	-	353
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	180.239	180.239	-	180.069	180.069
II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:	1.058.415	-	1.058.415	914.296	-	914.296
Notas do Tesouro Nacional	1.058.415	-	1.058.415	914.296	-	914.296
Total (I + II)	2.883.464	180.239	3.063.703	2.325.748	180.069	2.505.817

(*) O saldo não contempla o caixa, valores a receber e valores a pagar do Fundo exclusivo. Estes valores representam o montante de R\$ (190) em 30 de junho de 2025 (R\$ (182) em 31 dezembro de 2024).

A Companhia efetuou análises dos possíveis impactos da adoção do CPC 48 e de acordo com a metodologia de cálculo aprovada pela Administração não foram identificadas mudanças significativas.

8. Créditos das operações de capitalização

Registra os títulos comercializados que não foram reportados pelas instituições financeiras. Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

Segue abaixo a composição das operações com capitalização:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Produto	30/06/2025	31/12/2024
PM001T	9.127	2.036
PM024T	10.743	1.932
PU002T	844	207
PU018T	150	512
Total	20.864	4.687

9. Créditos tributários e previdenciários

Os impostos a recuperar são compostos da seguinte forma:

9.1. Impostos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos por tributos passíveis de restituição e/ou compensação para pagamentos a curto prazo no valor de R\$ 275 em 30 de junho de 2025 (R\$ 233 em 31 de dezembro de 2024).

9.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica “Créditos tributários e previdenciários”:

Ativo - Não Circulante

Não Circulante	31/12/2023	Constituição	Realização /Reversão	31/12/2024	Constituição	Realização /Reversão	30/06/2025
Imposto de Renda Diferido	-	24.017	(3.588)	20.429	2.350	(6.423)	16.356
Ativo- Ajuste de TVM	-	22.912	(3.588)	19.324	2.026	(5.744)	15.606
Ativo- Diferenças Temporárias	-	1.105	-	1.105	324	(679)	750
Contribuição Social Diferida	-	14.642	(2.153)	12.489	1.502	(4.058)	9.933
Ativo- Ajuste de TVM	-	13.748	(2.153)	11.595	1.216	(3.448)	9.363
Ativo- Diferenças Temporárias	-	894	-	894	286	(610)	570
Total	-	38.659	(5.741)	32.918	3.852	(10.481)	26.289

Passivo - Não circulante

Não Circulante	31/12/2023	Constituição	Realização /Reversão	31/12/2024	Constituição	Realização /Reversão	30/06/2025
Imposto de Renda Diferido	1.354	1.903	(3.257)	-	-	-	-
Passivo- Ajuste de TVM	1.685	1.903	(3.588)	-	-	-	-
Passivo- Diferenças Temporárias	(331)	-	331	-	-	-	-
Contribuição Social Diferida	812	1.141	(1.953)	-	-	-	-
Passivo- Ajuste de TVM	1.012	1.141	(2.153)	-	-	-	-
Passivo- Diferenças Temporárias	(200)	-	200	-	-	-	-
Total	2.166	3.044	(5.210)	-	-	-	-

Os créditos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais, outras provisões e provisão para Participações nos Lucros e Resultados (PLR).

Conforme circular SUSEP Nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudos aprovado pela Administração indicando que a projeção de resultados aponta para apuração de lucros tributáveis nos próximos 5 anos, viabilizando o uso na integridade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, contabilizado em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

As principais diferenças temporárias são realizáveis no exercício subsequente, não representando a necessidade de projeção de lucros tributáveis de longo prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, as composições das diferenças temporárias:

Descrição	30/06/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	707	707	493	493
Participações dirigentes	-	800	-	1.545
Participações nos lucros e resultados	1.544	1.544	2.820	2.820
Ajustes a valores justo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros (VJORA)	62.423	62.423	77.297	77.297
Outras obrigações a pagar	740	740	1.100	1.100
Outros	9	9	6	6
Total das provisões temporárias	65.423	66.223	81.716	83.261
Alíquotas	25%	15%	25%	15%
Imposto de renda e contribuição social diferidas	16.356	9.933	20.429	12.489

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	30/06/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Saldo no início do semestre/exercício	20.429	12.489	(1.354)	(812)
Reconhecimento no resultado	(355)	(325)	773	695
Reconhecimento no patrimônio líquido	(3.718)	(2.231)	21.010	12.606
Saldo no final do semestre/exercício	16.356	9.933	20.429	12.489

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Outros valores e bens – direito de uso

Composto pelo ativo de arrendamento, a movimentação está apresentada a seguir:

Ativo	31/12/2024	Adição	Baixa	Depreciação	30/06/2025
Circulante - Imóvel	902	-	-	(429)	473
Total	902	-	-	(429)	473

Passivo	31/12/2024	Adição	Baixa/transferência	30/06/2025
Circulante - Imóvel	909	-	(427)	482
Total	909	-	(427)	482

Ativo	31/12/2023	Adição	Baixa	Depreciação	31/12/2024
Circulante - Imóvel	2.152	-	-	(1.250)	902
Total	2.152	-	-	(1.250)	902

Passivo	31/12/2023	Adição	Baixa/transferência	31/12/2024
Circulante - Imóvel	71	-	838	909
Não circulante - Imóvel	1.597	-	(1.597)	-
Total	1.668	-	(759)	909

O montante de pagamento de arrendamento mercantil em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 485 (R\$ 932 em 31 de dezembro de 2024).

Arrendamento a Pagar	30/06/2025	31/12/2024
Arrendamento a Pagar	488	931
Juros de arrendamento	(6)	(22)
Total	482	909
Circulante	482	909

11. Intangível

O valor do intangível é referente ao direito de acesso exclusivo a todos os clientes em potencial por meio de Rede de Distribuição (Balcão Caixa) onde foi registrado o valor pago pela compra do direito de comercialização, distribuição, oferta, divulgação, venda e pós-venda de produtos de capitalização. O valor é amortizado linearmente de acordo com o prazo de vigência do contrato que é de 20 anos e, a metodologia de cálculo aprovada pela administração por meio de estudo técnico, de acordo com os normativos vigentes, não indica a necessidade de constituição de *impairment*.

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Taxa anual de amortização 31/12/2024 Adições Baixas Amortização 30/06/2025

Adquiridos de Terceiros		150.269	1.526	-	(4.500)	147.295
Balcão de Vendas (a)	5%	150.000	-	-	(4.500)	145.500
Sistemas de Computação	20%	269	1.526	-	-	1.795
Total		150.269	1.526	-	(4.500)	147.295

Taxa anual de amortização 31/12/2023 Adições Baixas Amortização 31/12/2024

Adquiridos de Terceiros		159.154	115	-	(9.000)	150.269
Balcão de Vendas (a)	5%	159.000	-	-	(9.000)	150.000
Sistemas de Computação	20%	154	115	-	-	269
Total		159.154	115	-	(9.000)	150.269

(a) Balcão de Venda registra o valor pago pela compra do direito de acesso exclusivo a todos os clientes em potencial por meio de Rede de Distribuição (Balcão Caixa) onde foi registrado o valor pago pela compra do direito de comercialização, distribuição, oferta, divulgação, venda e pós-venda de produtos de capitalização. Amortizado pelo prazo de vigência do contrato que é de 20 anos.

12. Obrigações a pagar

Segue abaixo a composição do grupo de Obrigações a Pagar:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Fornecedores	9.627	8.265
Dividendos e bonificações a pagar	-	4.076
Participação nos lucros a pagar	1.544	2.820
Honorários/Remuneração e gratificações a pagar	800	1.545
Pagamento a realizar comissão	8	1.613
Outras obrigações a pagar	750	1.085
Total	12.729	19.404

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Impostos e encargos sociais a recolher

Descrição	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto de renda retido funcionário	177	295
Imposto de renda retido terceiros	516	337
Contribuições previdenciárias	534	687
Contribuições para o FGTS	78	100
Outros impostos retidos (*)	342	309
Total	<u>1.647</u>	<u>1.728</u>

(*) Refere-se a PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte de terceiros.

14. Encargos trabalhistas

São registrados nessa rubrica as provisões de férias, décimo terceiro e encargos sociais a pagar no valor de R\$ 1.886 em 30 de junho de 2025 (R\$ 1.299 em 31 de dezembro de 2024).

15. Impostos e Contribuições

São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela entidade, referente ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, que são compostos da seguinte forma:

Descrição	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IR - Ano Corrente	53.525	83.021
Antecipação de IR	(44.939)	(72.627)
Contribuição Social no Ano Corrente	32.855	51.991
Antecipação de CSLL	(27.259)	(41.732)
COFINS	2.226	1.983
PIS / PASEP	362	322
Total	<u>16.770</u>	<u>22.958</u>

16. Débito das operações de capitalização

Os débitos das operações de capitalização estão classificados no passivo circulante e são compostos pelos valores a pagar de comissões no valor de R\$ 2 em 30 de junho de 2025 (R\$ 1.972 em 31 de dezembro de 2024).

17. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a Companhia, cujas propostas encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação no valor de R\$ 12 em 30 de junho de 2025 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2024). O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes e esse processo ocorre em até 30 dias.

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2024	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 30/06/2025
Provisão Matemática para Capitalização	2.187.168	555.996	(230.067)	93.412	2.606.509
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	146.519	236.094	(174.106)	1.657	210.164
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	1	18	(18)	-	1
Provisão para Resgates	2.333.688	792.108	(404.191)	95.069	2.816.674
Provisão para Sorteios a Realizar	40.691	15.483	(12.734)	1.129	44.569
Provisão de Sorteios a Pagar	1.546	7.146	(6.686)	15	2.021
Provisão para Sorteios	42.237	22.629	(19.420)	1.144	46.590
Total	2.375.925	814.738	(423.611)	96.212	2.863.264
	Saldos em 31/12/2023	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2024
Provisão Matemática para Capitalização	1.428.118	935.718	(300.525)	123.857	2.187.168
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	55.180	305.896	(215.411)	853	146.518
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	-	41	(40)	-	1
Provisão para Resgates	1.483.298	1.241.655	(515.976)	124.710	2.333.687
Provisão para Sorteios a Realizar	30.684	28.545	(20.027)	1.489	40.691
Provisão de Sorteios a Pagar	926	11.184	(10.570)	7	1.547
Provisão para Sorteios	31.610	39.729	(30.597)	1.496	42.238
Total	1.514.908	1.281.384	(546.573)	126.206	2.375.925

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2025	31/12/2024
Provisões Técnicas - Capitalização:		
Total a ser coberto	2.863.264	2.375.925
 Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	2.883.222	2.325.551
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	164.828	166.479
Total dos Ativos Vinculados	3.048.050	2.492.030
 Equivalente de Caixa	52	16
 Total dos Ativos Vinculados	3.048.102	2.492.046
 Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	184.838	116.121

20. Provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demandas cíveis, decorrentes de ações de relação de consumo e trabalhista. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de perda	Quantidade	30/06/2025		Causas Cíveis		
		Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	66	166	166	31	186	186
Possível	4	45	-	5	29	-
Remota	5	72	-	16	233	-
Total	75	283	166	52	448	186

Probabilidade de perda	Quantidade	30/06/2025		Causas Trabalhistas		
		Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	2	541	541	1	307	307
Possível	-	-	-	1	344	-
Remota	-	-	-	-	-	-
Total	2	541	541	2	651	307
	77	824	707	54	1.099	493

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue abaixo, a movimentação das provisões judiciais:

	Saldo em 31/12/2024	Constituição líquida de reversões	Pagamentos	Saldo em 30/06/2025
Cíveis	186	(11)	(9)	166
Trabalhistas	307	234	-	541
	493	223	(9)	707

	Saldo em 31/12/2023	Constituição líquida de reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Cíveis	106	107	(27)	186
Trabalhistas	-	307	-	307
	106	414	(27)	493

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado de R\$ 74.670 representado por 13.334 dividido em 6.667 ações ordinárias e 6.667 ações preferenciais.

b) Reserva de capital

A rubrica “Reserva de Capital” registra os valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado, por não se referirem à entrega de bens ou serviços pela empresa. O saldo registrado no Patrimônio Líquido é R\$ 180.000, referente a constituição da reserva de investimento decorrente do direito de acesso exclusivo ao Balcão Caixa, no prazo de 20 anos.

c) Reserva de lucros

As reservas de lucros, que corresponde à constituição da Reserva Legal, é de R\$ 14.934.

d) Política de distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 75% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. Em 30 de junho de 2025 o saldo bruto era de R\$ 62.422, R\$ 37.453 líquido dos tributos (R\$ 77.297 de saldo bruto e R\$ 46.378 líquido de tributos, em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) **Patrimônio Líquido Ajustado – PLA e exigência de capital**

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Patrimônio Líquido	<u>364.497</u>	<u>274.454</u>
Ajustes contábeis	<u>(161.886)</u>	<u>(174.069)</u>
Créditos Tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(14.591)	(23.800)
Ativos Intangíveis	(147.295)	(150.269)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	<u>30.268</u>	<u>18.643</u>
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	26.429	14.930
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. Capitalização	3.839	3.713
PLA Nível 1	<u>190.913</u>	<u>91.266</u>
PLA Nível 2	<u>30.268</u>	<u>18.643</u>
PLA Nível 3	<u>11.698</u>	<u>9.119</u>
Ajuste do Excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	<u>(2.974)</u>	-
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	<u>229.905</u>	<u>119.028</u>
Capital Base (CB) (a)	<u>10.800</u>	<u>10.800</u>
Capital de Risco de Crédito	3.727	3.241
Capital de Risco de Subscrição	11.182	10.309
Capital de Risco - Mercado	69.040	52.463
Capital de Risco - Redução por correlação	(10.045)	(8.934)
Capital de Risco - Operacional	4.080	3.713
Capital de Risco (CR) (b)	<u>77.984</u>	<u>60.792</u>
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	<u>77.984</u>	<u>60.792</u>
Patrimônio líquido ajustado	229.905	119.028
(-) Exigência de capital - EC	(77.984)	(60.792)
Suficiência de capital - R\$	<u>151.921</u>	<u>58.236</u>
Suficiência de capital (% da EC)	<u>295%</u>	<u>196%</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos dos ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciam o resultado, referem-se a transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas, como segue:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesas	
Partes relacionadas	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Icatu Serviços de Administração e ADM S.A.	-	-	7.223	6.622	-	-	41.326	35.568
S.A.(Coligada) (a)								
Icatu Seguridade S.A.	-	-	-	1.019	-	-	-	-
(Controladora) (b)								
Caixa Holding Securitária S.A.	-	-	-	3.057	-	-	-	-
(Controladora) (b)								
Caixa Corretora S.A. (Ligada) (c)	-	-	2	1.972	-	-	61.079	52.439
Caixa Econômica Federal S.A.	3.063.530	2.506.104	-	-	-	-	10.738	10.755
(Controladora) (d)								
XS5 Administradora de Consórcio S.A. (Ligada) (e)	-	-	-	-	968	-	295	-
XS6 Assistência S.A (Ligada) (e)	-	-	-	-	2.416	1.474	1.056	682
XS3 Seguros S.A. (Ligada) (e)	-	-	-	-	1.477	1.033	840	963
XS2 Vida e Previdência S.A. (Ligada) (f)	-	-	-	-	-	-	22	20
Caixa e Vida Previdência S.A. (Ligada) (g)	-	-	-	-	-	-	805	801
Caixa Cartões Pré-Pagos S.A. (Ligada) (h)	-	-	-	-	-	-	842	696
Total	3.063.530	2.506.104	7.225	12.670	4.861	2.507	117.003	101.924

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir.

- (a) Despesas como localização e funcionamento, bem como com o BPO (gestão do processamento, arrecadação, resgate e gerenciamento dos títulos e demais sistemas operacionais).
- (b) Dividendos a pagar.
- (c) Despesas de comissão de venda de títulos de capitalização.
- (d) Valor referente as despesas bancárias, aplicações financeiras (líquido da taxa de administração dos fundos exclusivos, conforme nota 7.1) e disponível.
- (e) Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência bimestral. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao produto adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao cliente. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização.
- (f) Seguro de vida e acidentes dos funcionários.
- (g) Contribuições, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela empresa, destinado a proporcionar complementação previdenciária aos seus funcionários.
- (h) Taxa de administração coletiva e acessórias oriundas do Contrato de Prestação de Serviços para emissão de cartões CAIXA Refeição e Alimentação aos empregados.

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.1 Remuneração do pessoal – chave da Administração

A remunerações e benefícios atribuídas aos Administradores, membros dos Comitês e do Conselho de Administração, é deliberado anualmente, por meio da Assembleia Geral.

Descrição	Passivo		Despesa	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	30/06/2024
Membros da Diretoria	800	1.545	2.202	1.979
Conselho Fiscal		-	120	119
Comitê de Risco		-	90	71
Comitê de Auditoria		-	239	239
Conselho de Administração		-	406	187
Total	800	1.545	3.057	2.595

23. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

30/06/2025			31/12/2024		
Produto	Processo	% de Carregamento	Produto	Processo	% de Carregamento
PM001T	15414.619634/2020-06	14,55%	PM001T	15414.619634/2020-06	14,55%
PM024T	15414.601390/2024-21	14,55%	PM024T	15414.601390/2024-21	14,55%
PU002T	15414.619635/2020-42	19,36%	PU002T	15414.619635/2020-42	19,36%
PU018T	15414.639893/2023-98	19,92%	PU018T	15414.639893/2023-98	19,92%
PU007I	15414.615855/2021-88	25,16%	PU008T	15414.615250/2022-78	17,76%

24. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

	30/06/2025	30/06/2024
a) Receitas com títulos de capitalização		
Contribuição - quotas de capitalização e sorteio	569.205	483.568
Devolução e Cancelamento - Quotas cap e sorteio	(539)	(1.296)
Total quotas de capitalização e sorteio	568.666	482.272
Contribuição - quotas de carregamento	291.926	239.987
Devolução e Cancelamento - Quotas carregamento	(815)	(794)
Total quotas de carregamento	291.111	239.193

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Resultado com resgate

Reversão da provisão para resgate	516	1.221
Constituição da provisão para resgate	(554.159)	(469.395)
Despesas com resgate	(5.922)	(2.844)
Total	(559.565)	(471.018)

c) Resultado com sorteios

Reversão da provisão para sorteio	12.469	9.164
Constituição da provisão para sorteio	(15.217)	(14.524)
Despesas com títulos sorteados	(7.146)	(4.605)
Total	(9.894)	(9.965)

d) Custo de aquisição - capitalização

Despesas de corretagem	(61.079)	(52.439)
Despesas de custeamento de vendas	(2.693)	(1.566)
Total	(63.772)	(54.005)

e) Outras receitas e despesas operacionais - capitalização

Receita com resgate de título	15.683	10.953
Títulos de capitalização a prazo	(58.304)	(46.937)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(605)	(3.898)
Total	(43.226)	(39.882)

f) Despesas com tributos

Impostos		
COFINS	(12.665)	(10.592)
PIS	(2.058)	(1.721)
Taxa de fiscalização	(882)	(649)
Total	(15.605)	(12.962)

g) Resultado financeiro

Categoria - Valor justo por meio do resultado

Quotas de fundos de investimento - exclusivos	165.270	101.700
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	9.042	3.499
Total – receitas financeiras	174.312	105.199

Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(93.412)	(54.892)
Outras despesas financeiras	(2.952)	(1.332)
Total – despesas financeiras	(96.364)	(56.224)

Total	77.948	48.975
--------------	---------------	---------------

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2025		30/06/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	221.043	221.043	162.726	162.726
Participações nos Lucros e Resultados	(1.700)	(1.700)	(1.923)	(1.923)
Resultado antes dos Impostos	219.343	219.343	339.637	339.637
<u>ADIÇÕES</u>	6.415	6.415	3.133	3.133
Adição Permanente	2.624	2.624	918	918
Adição Temporária:	3.791	3.791	2.215	2.215
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	707	707	165	165
Participações dirigentes	800	800	745	745
Participações nos lucros e resultados	1.544	1.544	1.305	1.305
Outras obrigações a pagar	740	740	-	-
<u>EXCLUSÕES</u>	(4.980)	(6.727)	(2.417)	(2.417)
Exclusão Permanente:				
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(493)	(493)	(106)	(106)
Amortização de arrendamento mercantil	(567)	(567)	(388)	(388)
Participação dirigentes	-	(1.747)	-	-
Participações nos lucros e resultados	(2.820)	(2.820)	(1.923)	(1.923)
Outras exclusões	(1.100)	(1.100)	-	-
Resultado Ajustado	220.778	219.031	161.519	161.519
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(53.463)	(32.854)	(36.912)	(24.163)
Reversão da provisão de créditos tributários	(355)	(325)	739	632
Despesas com IRPJ/CSLL	(53.818)	(33.179)	(39.173)	(23.531)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	24%	15%	24%	15%

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Eventos subsequentes

Em 11 de junho de 2025, foi publicada a MP 1.303, que alterar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15% para 20% para as empresas de capitalização. Seus efeitos serão produzidos a partir do 4º mês subsequente a publicação.

A Companhia deliberou sobre a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 68.888, correspondentes ao lucro líquido apurado até 31 de março de 2025, conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 de junho de 2025 e pago em 08 de julho de 2025.

Conselho de administração

Presidente

Inês da Silva Magalhães

Vice-presidente

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros

Luciano Soares

Henriete Alexandra Sartori Bernabé

Alexandre Petrone Vilardi

Elton Bernardo Bandeira de Melo

Diretoria

Diretora Presidente

Nelma Souza Tavares

Diretores

Ary Jorge dos Santos Costa

Gustavo Pimenta Germano Santos

Werner da Silva Frank

Contador

José Ricardo Alves Pereira

CRC RJ 084222/O-8

Atuária

Lígia Guedes de Abreu

MIBA nº 1394